



## **ATA nº010/2026**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL – LDO 2027**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Encantado, realizou-se Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural, destinada à apresentação, análise e discussão do Projeto de Lei nº 052/2026, de 31 de agosto de 2026, que estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Encantado para o exercício de 2027. A audiência foi presidida pelo Vereador Daniel Passaia, Presidente da Comissão, que declarou abertos os trabalhos, destacando a importância da participação dos vereadores, da comunidade e das entidades na discussão das diretrizes e prioridades para o próximo exercício. Registrou a presença do Presidente da Câmara, Vereador Leonardo Lorenzi, de vereadores e de representantes da comunidade, entre eles Moacir Tramontini, representando a OAB, e Homero Bratti, representante do Conselho Regional de Odontologia.

Inicialmente, o Presidente da Comissão esclareceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as diretrizes, metas e prioridades para a elaboração do orçamento municipal, não tratando diretamente da definição dos valores das dotações, os quais serão estabelecidos posteriormente na Lei Orçamentária Anual. Explicou que o Projeto de Lei nº 052/2026 contempla, entre outros aspectos, as metas e prioridades da Administração Pública, as metas fiscais, as despesas e receitas, a organização e as diretrizes para elaboração do orçamento de 2027. Destacou o Anexo I – Metas e Prioridades, mencionando ações previstas para áreas como Defesa Civil, drenagem urbana, transporte escolar, infraestrutura dos centros de saúde, manutenção e operação do CAPS, turismo, cultura, esporte e assistência social. Também foram apresentados os relatórios de projetos em andamento e de avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores municipais, ressaltando-se a importância do acompanhamento da situação previdenciária e da garantia da sustentabilidade do regime.

Na sequência, foram apresentadas informações acerca de projetos em andamento, incluindo a construção da EMEI Pequeno Príncipe, do novo CAPS, da EMEI Lago Azul, da Ponte do Jacarezinho, de habitações, da estrada da Linha Chiquinha, do Parque Linear Cinquentenário, da revitalização do Centro e de intervenções de baixo custo nos bairros Navegantes, Barra do Guaporé e Lagoa Azul. Também foi mencionada a execução das obras habitacionais, destacando-se a demora na disponibilização da área destinada à construção das unidades habitacionais, sendo que o Governo Federal demorou quase quinze meses para

#### **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENCANTADO**

Rua Miguel Luiz Pretto, 535 – Praça da Bandeira – Centro | CEP: 95960-000 | Encantado/RS  
E-mail: secretaria@camaraencantado.rs.gov.br | Fone: (51) 3751-0124



liberar um imóvel de sua propriedade, ou seja, hoje as moradias para os atingidos pelas cheias 2023/24 já poderiam ter sido entregues.

A Vereadora Joaneete Cardoso manifestou-se destacando que a LDO funciona como instrumento geral de definição das diretrizes, sendo necessário que os vereadores realizem análise cuidadosa para que estejam preparados para a discussão da Lei Orçamentária Anual, quando serão definidos os valores e as ações específicas para o exercício seguinte. Informou não possuir, naquele momento, emendas ao projeto, ressaltando a intenção de aprofundar o estudo da matéria.

O Vereador Diego Pretto chamou atenção para dispositivos do Projeto de Lei relacionados às emendas parlamentares, especialmente ao artigo 30, mencionando a limitação prevista para a redução de valores destinados à conservação do patrimônio público e aos projetos constantes do Anexo IV. Questionou a legalidade da restrição e destacou a necessidade de análise do dispositivo, bem como das regras relativas às emendas impositivas. Ressaltou ainda a importância de a comunidade apresentar sugestões e projetos gerais que possam ser contemplados nas diretrizes orçamentárias, observando que eventuais novas ações devem ser incluídas nesta etapa para que possam posteriormente receber previsão orçamentária. Também questionou os efeitos de decisão do Supremo Tribunal Federal relacionada às emendas parlamentares, sendo esclarecido pelo Presidente da Comissão que, naquele momento, não se identificava reflexo específico para as Câmaras Municipais, devendo o tema continuar sendo acompanhado.

O Vereador Cristiano Costa Bassani destacou a importância da discussão das prioridades para 2027, especialmente diante da previsão de investimentos em drenagem das áreas urbanas e do crescimento do orçamento municipal. Ressaltou a necessidade de responsabilidade e transparência na definição das prioridades e dos investimentos para o próximo exercício.

Em seguida, fez uso da palavra Homero Bratti, representante do Conselho Regional de Odontologia, que ressaltou a importância de que o crescimento da arrecadação e do orçamento municipal se traduza em benefícios efetivos para a população. Como sugestões públicas, destacou a necessidade de investimentos voltados às crianças, especialmente em educação, nutrição proteica, práticas esportivas e ensino de música, considerando os benefícios dessas atividades para o desenvolvimento infantil. Também sugeriu atenção à capacitação continuada dos servidores públicos da área da saúde, com a disponibilização de tempo e condições para aperfeiçoamento profissional e melhoria dos serviços prestados à população.



Na sequência, o Presidente da Comissão registrou que as manifestações apresentadas seriam consideradas como sugestões públicas para análise no processo de discussão da LDO. Em sua manifestação, apresentou sugestões relacionadas à possibilidade de inclusão dos serviços pré-hospitalares prestados pelos bombeiros civis entre as ações passíveis de receber recursos de emendas impositivas da área da saúde, mencionando a possibilidade de beneficiar a Associação de Bombeiros Voluntários de Encantado – AMBRAVAT. Destacou também a necessidade de diretrizes voltadas ao enfrentamento das enchentes e dos deslizamentos, sugerindo estudos e mecanismos que possibilitem a participação da iniciativa privada em ações de dragagem, limpeza e manutenção de cursos d'água, mediante concessões ou outros instrumentos legalmente cabíveis.

Ainda foram apontadas como prioridades o incentivo ao esporte, inclusive mediante pequenas intervenções na pista de bicicross localizada no Caminhódromo, visando possibilitar a realização de eventos esportivos de âmbito estadual e nacional; o aproveitamento do potencial turístico do Cristo Protetor como elemento de atração de visitantes e de geração de movimentação econômica; e a melhoria e estruturação das vias urbanas e de ligação, com atenção à mobilidade de pedestres, veículos, bicicletas e ciclomotores. Foram mencionadas, como exemplos, a estrada São José, a Linha Azevedo, a Linha Cedro e a Linha Nova, além da necessidade de buscar recursos e emendas para a melhoria da mobilidade urbana.

O Vereador Diego Pretto apresentou, ainda, como sugestão, a inclusão da causa animal entre as áreas da saúde aptas a receber recursos de emendas impositivas, considerando a relação entre a saúde animal e a saúde pública, especialmente em razão das zoonoses. Retomou a discussão acerca da limpeza e desassoreamento de cursos d'água, destacando a necessidade de atuação do Município nos trechos de rios e arroios de sua competência, citando, entre outros, os arroios Lambari, Jacaré e Jacarezinho. Também sugeriu a abertura de novas estradas e vias alternativas, observada a necessidade de tratativas com os proprietários das áreas envolvidas. Por fim, apontou a necessidade de estudos para a transferência da subestação de energia elétrica localizada na área central do Município, com vistas à liberação futura de área para expansão e desenvolvimento urbano.

O Vereador Valdecir Cardoso apresentou sugestões relacionadas à criação ou previsão de estudos para uma via alternativa de acesso ao Porto Quinze e à Rua Monsenhor Scalabrini, especialmente considerando questões de mobilidade e os impactos decorrentes de eventos climáticos. Sugeriu também a previsão de áreas destinadas à instalação de empresas e atividades industriais, a continuidade do projeto de energia solar do Município e a possibilidade de criação de mecanismos de reinvestimento das economias geradas pela utilização de energia solar. Ressaltou a importância de políticas voltadas à geração de riqueza, atração de empresas e ampliação da capacidade econômica do Município, bem como da implantação de vias alternativas como medida de prevenção e enfrentamento aos impactos das enchentes.



Ao final, o Presidente da Comissão solicitou especial atenção dos vereadores ao capítulo da LDO que trata das alterações na legislação tributária, considerando o período de transição e as mudanças decorrentes da reforma tributária. Reforçou, ainda, a necessidade de análise dos dispositivos relativos às emendas impositivas, a fim de que eventuais adequações sejam realizadas já na LDO e sejam evitadas dificuldades ou incompatibilidades na elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Foi informado que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 052/2026 permaneceria aberto até o dia oito de outubro de 2026 e que a votação da LDO deveria ocorrer até o dia quinze de outubro, havendo previsão de apreciação pelo Plenário no dia treze de outubro, em razão do feriado do dia doze. O Presidente destacou a importância da participação da comunidade na apresentação de sugestões e propostas durante o período de análise da matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural, Vereador Daniel Passaia, declarou encerrada, às dezessete horas e trinta minutos, a Audiência Pública referente ao Projeto de Lei nº 052/2026 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027. Registra-se que, que o teor integral da audiência encontra-se gravado em áudio e vídeo junto as redes sociais da Câmara. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão e demais presentes, conforme o caso.

Leonardo Lorenzi  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Daniel A. Passaia  
Comissão de Orçamento e Finanças

Daiane Bergamaschi  
Comissão de Orçamento e Finanças

Cláudio José da Silva Neto  
Comissão de Orçamento e Finanças